



# TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

## Concurso Público para provimento de cargos de **Analista Judiciário - Área Judiciária** **Especialidade Execução de Mandados**

Caderno de Prova, Cargo L, Tipo 001  
000000000000000000  
00001-001-001

Nº de Inscrição  
MODELO

<b>P R O V A</b>
<b>Português</b> <b>Conhecimentos Específicos</b> <b>Redação</b>

### INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

#### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

#### ATENÇÃO

- Marque as respostas das questões objetivas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá o total de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**PORTUGUÊS**

**Atenção:** As questões de números 1 a 20 referem-se ao texto que segue.

**Para que servem as ficções?**

*Cresci numa família em que ler romances e assistir a filmes, ou seja, mergulhar em ficções, não era considerado uma perda de tempo. Podia atrasar os deveres ou sacrificar o sono para acabar um capítulo, e não era preciso me trancar no banheiro nem ler à luz de uma lanterna. Meus pais, eventualmente, pediam que organizasse melhor meu horário, mas deixavam claro que meu interesse pelas ficções era uma parte crucial (e aprovada) da minha “formação”. Eles sequer exigiam que as ditas ficções fossem edificantes ou tivessem um valor cultural estabelecido. Um policial e um Dostoiévski eram tratados com a mesma deferência. Quando foi a minha vez de ser pai, agi da mesma forma. Por quê?*

*Existe a idéia (comum) segundo a qual a ficção é uma “escola de vida”: ela nos apresenta a diversidade do mundo e constitui um repertório do possível. Alguém dirá: o mesmo não aconteceria com uma série de bons documentários ou ensaios etnográficos? Certo, documentários e ensaios ampliam nossos horizontes. Mas a ficção opera uma mágica suplementar.*

*Tome, por exemplo, “O Caçador de Pipas”, de Khaled Hosseini. A leitura nos faz conhecer a particularidade do Afeganistão, mas o que torna o romance irresistível é a história singular de Amir, o protagonista. Amir, afastado de nós pela particularidade de seu grupo, revela-se igual a nós pela singularidade de sua experiência. A vida dos afegãos pode ser objeto de um documentário, que, sem dúvida, será instrutivo. Mas a história fictícia “daquele” afegão o torna meu semelhante e meu irmão.*

*Esta é a mágica da ficção: no meio das diferenças particulares entre grupos, ela inventa experiências singulares que revelam a humanidade que é comum a todos, protagonistas e leitores. A ficção de uma vida diferente da minha me ajuda a descobrir o que há de humano em mim.*

*Enfim, se perpetuei e transmiti o respeito de meus pais pelas ficções é porque elas me parecem ser a maior e melhor fonte não de nossas normas morais, mas de nosso pensamento moral.*

(Contardo Calligaris, **Folha de S. Paulo**, 18/01/2007)

1. O autor do texto vale-se dos conceitos de “particularidade” e “singularidade” para desenvolver a idéia de que
  - (A) tanto os documentários como as ficções apresentam teses genéricas e abstratas acerca das diferenças entre os grupos étnicos.
  - (B) as diferenças entre grupos, particularizadas em ensaios e documentários, dão lugar às semelhanças humanas, singularizadas nas ficções.
  - (C) as diferenças entre grupos são apontadas com maior rigor nas ficções que em ensaios científicos ou documentários étnicos.
  - (D) os valores singularizados nas ficções ganham maior alcance e compreensão quando particularizados em ensaios ou documentários.
  - (E) as ficções caracterizam-se pela capacidade de particularizar as experiências humanas singularizadas nos documentários e ensaios.

2. Considere as seguintes afirmações:
  - I. Apesar da opinião que tinham seus pais sobre o que deveria constituir a “formação” de um jovem, o autor entregava-se ao prazer que lhe proporcionavam as formas ficcionais.
  - II. O autor reconhece que documentários e ensaios, ao contrário das ficções, ampliam nossos horizontes e exploram as diversidades da vida social.
  - III. O poder da ficção, para o autor, está em nos fazer reconhecer, a partir de um indivíduo fictício, o sentido de uma humanidade que é tanto dele como nossa.

Em relação ao texto, está correto **somente** o que se afirma em

  - (A) I.
  - (B) II.
  - (C) III.
  - (D) I e II.
  - (E) II e III.

3. A frase que bem ilustra o que entende o autor por “mágica suplementar” é:
  - (A) (...) *perpetuei e transmiti o respeito de meus pais pelas ficções (...)*
  - (B) *Eles sequer exigiam que as ditas ficções fossem edificantes ou tivessem um valor cultural estabelecido.*
  - (C) *Certo, documentários e ensaios ampliam nossos horizontes.*
  - (D) *Um policial e um Dostoiévski eram tratados com a mesma deferência.*
  - (E) (...) *a história fictícia “daquele” afegão o torna meu semelhante e meu irmão.*

4. Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de uma frase ou expressão do texto em:
  - (A) *sequer exigiam que as ditas ficções fossem edificantes* = nem ao menos impunham que as supostas atividades tivessem algum valor ficcional.
  - (B) *eram tratados com a mesma deferência* = eram considerados como formas indistintas de expressão.
  - (C) *a ficção opera uma mágica suplementar* = a ficção se investe de uma magia excessiva.
  - (D) *não de nossas normas morais, mas de nosso pensamento moral* = não da moralidade pragmática, mas da moralidade reflexiva.
  - (E) *afastado de nós pela particularidade de seu grupo* = que nos impede de reconhecer sua excentricidade étnica.

5. É INCORRETO afirmar que o autor do texto
  - (A) considera reprovável a idéia, muito disseminada, de que a ficção é uma “escola de vida”.
  - (B) não deixa de creditar à formação que recebeu em casa um valor que ele próprio viria, quando pai, a incorporar como formador.
  - (C) deparou-se, ao ler o romance de Khaled Hosseini, com mais um caso em que se pode constatar a “mágica da ficção”.
  - (D) não considera que o caráter ficcional de um romance seja um obstáculo para a compreensão da realidade humana.
  - (E) entende que uma história fictícia pode ampliar nossos horizontes ainda mais do que um documentário realista.

<p>6. As normas de concordância verbal estão plenamente respeitadas na frase:</p> <p>(A) A nem todos os pais são dados reconhecer que filmes e romances constituem elementos vitais para a formação dos filhos.</p> <p>(B) Ainda que não tivesse outros méritos, as ficções sempre apresentariam a diversidade do mundo e constituiriam um repertório do possível.</p> <p>(C) Sejam num ensaio ou num documentário, a caracterização de valores étnicos representam-se de modo distinto do das ficções.</p> <p>(D) Para além das diferenças étnicas que pode um ensaio revelar, há aquela semelhança humana que somente às ficções cabe dar viva expressão.</p> <p>(E) O respeito pelas ficções, que o autor reconhece na formação que lhe deram seus pais, viriam a inspirá-lo na educação de seus filhos.</p>	<p>10. Está correta a articulação entre os tempos e modos verbais na frase:</p> <p>(A) Embora a leitura nos faça conhecer a particularidade do Afeganistão, o que tornaria o romance irresistível será a história singular de Amir, o protagonista.</p> <p>(B) Mesmo que a leitura nos fazia conhecer a particularidade do Afeganistão, o que torna o romance irresistível teria sido a história singular de Amir, o protagonista.</p> <p>(C) Tanto mais a leitura nos fazia conhecer a particularidade do Afeganistão, tanto mais a história singular de Amir, o protagonista, tornou o romance irresistível.</p> <p>(D) Se a leitura nos fazia conhecer a particularidade do Afeganistão, o que tornava o romance irresistível era a história singular de Amir, o protagonista.</p> <p>(E) A leitura nos faria conhecer a particularidade do Afeganistão, mas fora a história singular de Amir, o protagonista, que tornasse o romance irresistível.</p>
<p>7. Transpondo-se para a voz passiva a frase <i>transmiti o respeito de meus pais pelas ficções</i>, a forma verbal resultante será</p> <p>(A) fora transmitido.</p> <p>(B) transmitiram-se.</p> <p>(C) foi transmitido.</p> <p>(D) terá sido transmitido.</p> <p>(E) transmitiram-me.</p>	<p>11. Estão inteiramente corretas a forma e a flexão dos verbos na frase:</p> <p>(A) A boa ficção não institue fantasias gratuitas; ela aprende o real por meio da mais fecunda imaginação.</p> <p>(B) Embora muitos diverjam, não há por que não admitir que um romance policial reuna vários atributos estéticos.</p> <p>(C) Embora não sejam propriamente ficções, os bons documentários propiciam a abertura de novos horizontes do real.</p> <p>(D) Se achamos que a vida dos afegãos não tem nada haver com a nossa, o autor lembra que a história de Amir conflua para a de muita gente.</p> <p>(E) Muitos autores entremeiam realidade e imaginação em suas narrativas para proverem a ficção dos mais estimulantes atrativos.</p>
<p>8. A frase <i>A ficção de uma vida diferente da minha me ajuda a descobrir o que há de humano em mim</i> ganha nova redação, correta e coerente com as idéias do texto, em:</p> <p>(A) Ajuda-me a revelar o que há de humano em mim a representação ficcional de uma vida que não é a minha.</p> <p>(B) Embora diferente de uma vida ficcional, por ela é que me ajuda a descobrir a minha humanidade.</p> <p>(C) O que há de humano em mim me ajuda a descobrir a outra verdade de uma vida ficcional.</p> <p>(D) O que me ajuda na ficção de uma vida diferente é quando, mesmo sendo ficcional, me faz descobrir como ser humano.</p> <p>(E) É na ficção, mesmo onde a vida é diferente da minha, que ela me ajuda a descobrir o quanto tem de humano em mim.</p>	<p>12. A expressão <b>com que</b> preenche corretamente a lacuna da frase:</p> <p>(A) As ficções, sobretudo as da meninice, ..... o autor tanto conviveu e se impressionou, marcaram-no para sempre.</p> <p>(B) O exemplo de “O Caçador de Pipas”, ..... devemos atentar, é um caso de particularismo cultural que imediatamente se universaliza.</p> <p>(C) A “mágica da ficção” é um efeito artístico ..... o autor, já em seus primeiros contatos com esse universo, demonstrou sua preferência.</p> <p>(D) As experiências da vida comum, ..... muita gente não atribui valor especial, revelam-se extraordinárias ao ganhar forma artística.</p> <p>(E) O entusiasmo ..... o autor demonstrou pelas ficções prova sua convicção quanto à verdade expressa pelas artes.</p>
<p>9. A frase <i>Cresci numa família em que ler romances e assistir a filmes (...) não era considerado uma perda de tempo</i> permanecerá formalmente correta caso se substitua a expressão sublinhada por</p> <p>(A) aonde.</p> <p>(B) para a qual.</p> <p>(C) em cuja.</p> <p>(D) dentre à qual.</p> <p>(E) da qual.</p>	

<p>13. <i>Amir, afastado de nós pela particularidade de seu grupo, revela-se igual a nós pela singularidade de sua experiência.</i></p> <p>Caso o autor quisesse explicitar o sentido contextual da expressão sublinhada na frase acima, poderia ter escrito:</p> <p>(A) desde que afastado de nós.          (B) porque afastado de nós.          (C) conquanto afastado de nós.          (D) uma vez afastado de nós.          (E) dado que afastado de nós.</p>	<p>17. É preciso <b>corrigir</b>, em sua estrutura, a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) Os pais do autor não eram moralistas, não recomendavam ao filho tão-somente as chamadas “leituras edificantes”, nem menosprezavam os romances policiais.          (B) É visível, no texto, o reconhecimento que manifesta o autor pela educação que recebeu de seus pais, com quem aprendeu a respeitar e a valorizar as formas da ficção.          (C) Assim como os documentários e ensaios etnográficos, que tanto podem ampliar nossos horizontes, a ficção acrescenta-lhes, ainda, uma mágica suplementar.          (D) Não foi por conservadorismo, mas por valorização real dos hábitos de seus pais, que o autor absorveu e transmitiu a seus filhos o respeito pelas ficções.          (E) No último parágrafo do texto, o autor nos faz pensar sobre a diferença substancial que existe entre o que se apresenta como normas morais e o que deve ser um pensamento moral.</p>
<p>14. Em <i>perpetuei e transmiti o respeito de meus pais pelas ficções</i>, não haverá necessidade de se alterar ou introduzir qualquer outro elemento nessa frase caso se substitua <i>perpetuei e transmiti</i> por</p> <p>(A) honrei e convivi.          (B) herdei e difundi.          (C) habituei-me e aprendi.          (D) orgulhei-me e admirei.          (E) rendi-me e louvei.</p>	<p>18. Está correto o emprego da forma sublinhada na frase:</p> <p>(A) Na família do autor, romances eram lidos livremente; quanto aos filmes, todos também assistiam-<u>nos</u> com grande interesse.          (B) Quando o autor leu o romance “O Caçador de Pipas”, <u>de cujas</u> páginas tanto se agradou, absorveu o sentido universal da história narrada.          (C) Muitos depreciam as ficções – não o autor do texto, que <u>lhes</u> considera essenciais para a formação de um indivíduo.          (D) Admirar um romance de Dostoiévski, <u>de cujo</u> valor ninguém contesta, não exclui a possibilidade de se admirar o gênero policial.          (E) Rememorando os hábitos de sua família, louva-<u>lhes</u> o autor como estímulos essenciais para a sua formação de leitor.</p>
<p>15. O verbo indicado entre parênteses deverá adotar obrigatoriamente uma forma do <b>plural</b> para preencher de modo adequado a lacuna da frase:</p> <p>(A) ..... (persistir), a par de tão distintas particularidades dos grupos étnicos, a singularidade dos traços humanos comuns a todas as criaturas.          (B) Não ..... (caber) apenas aos documentaristas assumir todos os compromissos com a complexidade do real.          (C) Acima de todas as diferenças culturais, .....-se (impor), nas ficções como na vida, um fundo universal de humanidade.          (D) Ler romances e assistir a filmes são atividades prazerosas a que se ..... (dever) entregar todo aquele que cultive seu processo de formação.          (E) .....-se (ler) com a mesma deferência, na família do autor, um romance policial e uma novela de Dostoiévski.</p>	<p>19. Quanto à observância da necessidade do sinal de crase, a frase inteiramente correta é:</p> <p>(A) Voltam-me à memória os romances a que me dediquei como jovem leitor, bem como os filmes a que assisti com tanto prazer.          (B) Se à princípio os jovens demonstram pouco interesse pelas ficções, o contínuo estímulo a elas pode reverter esse quadro.          (C) Quem se entrega à boa leitura pode avaliar sua inestimável contribuição à uma vida interior mais rica e mais profunda.          (D) Ao se referir à ficção de “O Caçador de Pipas”, o autor tomou-a como exemplo essencial a argumentação que desenvolvia.          (E) Os que se dedicam à cultivar a boa literatura sabem o quanto é difícil dotar as palavras de um sentido verdadeiramente essencial.</p>
<p>16. Está inteiramente correta a pontuação da seguinte frase:</p> <p>(A) Lá em casa não era preciso me trancar no banheiro, ou me valer, de qualquer outro expediente, para ler um romance.          (B) É verdade sim, que meus pais me pediam para organizar meu horário, mas nem por isso faziam qualquer restrição, a minhas leituras de romances.          (C) Para muita gente ler romances significa, quando muito uma distração, mas em minha família imperava o respeito pelas altas virtudes da boa ficção.          (D) O exemplo de “O Caçador de Pipas”, tomado pelo autor do texto, serviu-lhe, sem dúvida, como argumento em favor da universalidade da condição humana.          (E) Não são muitos os filhos, que podem se entregar às ficções, não apenas com a aprovação dos pais mas, ainda, recebendo deles todos os incentivos.</p>	<p>20. <u>Existe a idéia (comum) segundo a qual a ficção é uma “escola de vida” (...)</u></p> <p>Não haverá prejuízo para a correção e a coerência da frase acima caso se substitua o segmento sublinhado por</p> <p>(A) Comumente tem-se a idéia diante da qual.          (B) Conforme a idéia corrente, é a de que.          (C) Tem-se em comum a idéia na qual.          (D) Há a idéia corrente em cuja.          (E) É corrente a idéia de que.</p>

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

21. Considerando-se a Administração Pública como o conjunto de órgãos instituídos para consecução dos objetivos do Estado visando à satisfação das necessidades coletivas, são entes que a compõem, no âmbito Federal:
- (A) a Presidência da República; os Ministérios; as autarquias; as empresas públicas; as sociedades de economia mista e as fundações públicas.
  - (B) somente a Presidência da República, os Ministérios, os Territórios e o Distrito Federal.
  - (C) a Presidência da República; os Estados-membros e os consórcios públicos.
  - (D) os Estados; Municípios; Territórios; as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
  - (E) os Ministérios; as autarquias; as empresas públicas; as ONGs e as OSCIPs.

22. As autoridades administrativas detêm poderes que são necessários para o exercício da função administrativa do Estado. Estes poderes, chamados “poderes administrativos” e que são inerentes à Administração Pública, podem ser vinculados ou discricionários. Em relação a estes últimos, é correto afirmar que
- (A) são poderes arbitrários concedidos ao administrador para o exercício pleno de suas funções.
  - (B) o administrador tem ampla liberdade para a sua prática, não estando sujeito a qualquer limite.
  - (C) estão sujeitos a certos limites, impostos pelo ordenamento jurídico, tais como competência, finalidade e forma.
  - (D) a sua edição está condicionada aos dados constantes da norma que os autoriza, devendo ser praticado com estrita observância à referida norma.
  - (E) a única restrição que se impõe à sua edição é a competência da autoridade que expede o ato.

23. É certo que, estando o ato administrativo eivado de nulidade porque contrário à lei, ele
- (A) não pode ser invalidado.
  - (B) só pode ser invalidado pelo Poder Judiciário.
  - (C) só pode ser invalidado por lei.
  - (D) só pode ser invalidado pelo Poder Judiciário ou pelo Poder Legislativo.
  - (E) pode ser invalidado pela própria Administração.

24. O processo administrativo, em matéria disciplinar, admite revisão que deverá atender, dentre outros requisitos, ao que se afirma em:
- (A) Deverá ser requerida até 1 (um) ano após a condenação e quando se aduzirem fatos novos que justifiquem a renovação do processo.
  - (B) Poderá ser pedida a qualquer tempo e quando se aduzirem circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido.
  - (C) Quando da ocorrência de inadequação da pena aplicada, e requerida até 2 (dois) anos após a imposição da pena.
  - (D) Quando da demonstração simples da injustiça da penalidade, podendo ser requerida a qualquer tempo, desde que a pedido do servidor.
  - (E) Quando do pedido de reavaliação de elementos já apreciados no processo originário e simples alegação de injustiça em geral.

25. No que diz respeito à posse e ao exercício do servidor público federal, é correto afirmar:
- (A) O exercício e a posse ocorrerão no prazo máximo de vinte dias da nomeação.
  - (B) A promoção interrompe o tempo de exercício do cargo.
  - (C) Não haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.
  - (D) A posse poderá dar-se mediante procuração específica.
  - (E) A posse em cargo público, em certos casos, exige inspeção médica.

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

26. A Constituição da República Federativa do Brasil (1988), pode ser classificada quanto ao seu conteúdo, seu modo de elaboração, sua origem, sua estabilidade e sua extensão, como
- (A) formal, histórica ou costumeira, promulgada, flexível e sintética.
  - (B) material, dogmática, outorgada, rígida e sintética.
  - (C) formal, dogmática, promulgada, super-rígida e analítica.
  - (D) material, pragmática, outorgada, semi-rígida e sintética.
  - (E) formal, histórica ou costumeira, outorgada, flexível e analítica.

27. Em tema de Direitos e Garantias Fundamentais, é INCORRETO afirmar:
- (A) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
  - (B) Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta ou recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
  - (C) É inviolável o sigilo das comunicações telefônicas, salvo por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual.
  - (D) É pleno o direito de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.
  - (E) O direito à liberdade de manifestação do pensamento é ilimitado.

28. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, dentre outros,
- (A) distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.
  - (B) seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.
  - (C) remuneração do trabalho diurno superior à do noturno.
  - (D) assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas.
  - (E) remuneração do serviço ordinário ou normal superior, no mínimo, em trinta por cento à do extraordinário.

29. Analise:

- I. O direito de sufrágio é bem mais amplo que o direito de voto, pois contém, em seu bojo, a capacidade eleitoral ativa e a capacidade eleitoral passiva.
- II. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante plebiscito.
- III. São inelegíveis o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, do Governador ou do Prefeito, ou de quem os haja substituído dentro dos três meses anteriores ao pleito, ainda que titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- IV. O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias da eleição e até trinta dias da diplomação, instruída a ação com provas da prática de eventual crime ou contravenção.
- V. Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

É correto o que consta APENAS em

- (A) I, II e V.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) III, IV e V.

30. Quanto aos Servidores Públicos Cíveis, estabelece a Constituição Federal que:

- (A) são efetivos após 3 (três) anos de exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo ou em comissão.
- (B) o servidor estável, extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- (C) invalidada a demissão do servidor efetivo por decisão administrativa com trânsito em julgado, será ele colocado em disponibilidade remunerada, caso ocupado o seu cargo de origem.
- (D) os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão, semestralmente, os valores do subsídio dos cargos públicos, ficando vedada a publicação das respectivas remunerações.
- (E) fica vedada a avaliação especial de desempenho de servidor, por comissão instituída para essa finalidade, como condição para a aquisição da estabilidade.

31. Analise:

- I. Autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- II. Dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.
- III. Apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.
- IV. Aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha do Presidente e Diretores do Banco Central.

Tais assertivas estão respectivamente relacionadas às competências privativas

- (A) da Câmara dos Deputados, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional.
- (B) do Senado Federal, do Congresso Nacional, do Congresso Nacional e da Câmara dos Deputados.
- (C) do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- (D) do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.
- (E) da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Congresso Nacional e do Senado Federal.

32. O processo legislativo prevê, dentre outras hipóteses constitucionais, que

- (A) a matéria constante de proposta de emenda rejeitada pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, mediante interstício de trinta dias.
- (B) a Constituição poderá ser emendada mediante proposta de dois terços, no mínimo, dos membros do Congresso Nacional.
- (C) as leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta.
- (D) as medidas provisórias terão sua votação iniciada no Senado Federal.
- (E) as leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, que deverá solicitar a delegação à Mesa do Senado Federal, na forma de resolução.

33. A Emenda Constitucional nº 45, de 8/12/2004, estabelece que

- (A) as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.
- (B) aos juízes é vedado, em qualquer hipótese, exercer a advocacia antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
- (C) os servidores não poderão receber delegação para a prática de atos judiciais, administrativos e de mero expediente, ainda que sem caráter decisório.
- (D) o acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á unicamente pelo critério do merecimento, apurado na última ou única entrância.
- (E) as custas e emolumentos não serão mais destinados exclusivamente ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da Justiça.

**DIREITO CIVIL**

34. Considere:

- I. uma Biblioteca;
- II. um Rebanho;
- III. uma Frota de automóveis;
- IV. uma Herança;
- V. uma Esquadilha.

De acordo com o Código Civil brasileiro, constitui uma universalidade de fato os bens indicados APENAS em

- (A) I, IV e V.
- (B) I e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I, II, III e V.
- (E) II, III e V.

35. Segundo as normas previstas pelo Código Civil brasileiro, com relação ao objeto do pagamento e sua prova, é correto afirmar:

- (A) O credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, exceto ser for mais valiosa.
- (B) O devedor que paga tem direito à quitação regular, e pode reter o pagamento, enquanto não lhe seja dada.
- (C) Se a obrigação tiver por objeto prestação divisível, pode o credor ser obrigado a receber por partes, inclusive se assim não se estiver ajustado.
- (D) É ilícito, em qualquer hipótese, convencionar o aumento progressivo de prestações sucessivas.
- (E) Em regra, presumem-se a cargo do credor as despesas com o pagamento e a quitação.

36. Maria está na praça Beija Flor, em frente ao prédio da prefeitura da cidade de Lagoas, ao lado direito de um terreno baldio que é patrimônio da prefeitura e ao lado esquerdo do prédio da autarquia federal W. De acordo com o Código Civil brasileiro, em regra, a praça, o prédio da Prefeitura, o terreno baldio e o prédio da autarquia federal W são considerados, respectivamente, bens públicos

- (A) dominical, de uso comum do povo, dominical e de uso especial.
- (B) de uso comum do povo, de uso comum do povo, dominical e de uso especial.
- (C) de uso comum do povo, dominical, de uso especial e dominical.
- (D) de uso comum do povo, dominical, dominical e de uso especial.
- (E) de uso comum do povo, de uso especial, dominical e de uso especial.

37. De acordo com o Código Civil brasileiro, a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular e a pretensão do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo prescrevem em

- (A) dois anos.
- (B) três anos.
- (C) cinco anos.
- (D) dois e três anos, respectivamente.
- (E) cinco e três anos, respectivamente.

38. Considere as seguintes assertivas a respeito da posse e da propriedade:

- I. Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade.
- II. Os frutos e mais produtos da coisa pertencem, ainda quando separados, ao seu proprietário, salvo se, por preceito jurídico especial, couberem a outrem.
- III. O possuidor com justo título, em regra, não tem por si a presunção de boa-fé, por expressa determinação legal, devendo provar a boa-fé inerente à sua posse.
- IV. O proprietário do solo não tem, em nenhuma hipótese, o direito de explorar os recursos minerais de emprego imediato na construção civil.

De acordo com o código Civil brasileiro, está correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) II e III.
- (E) II e IV.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

39. No que concerne ao Processo Cautelar, de acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar:

- (A) A ação principal deverá ser ajuizada no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data da efetivação da medida cautelar concedida em procedimento preparatório.
- (B) Em regra, durante o período de suspensão do processo, a medida cautelar não conservará sua eficácia.
- (C) O prazo para contestar o pedido inicial cautelar é de (quinze) 15 dias.
- (D) Cessa a eficácia da medida cautelar se não for executada dentro de 30 (trinta) dias.
- (E) Acolhendo a alegação de decadência do direito do autor, o indeferimento da medida cautelar não obsta que a parte intente a ação principal.

40. Considere as seguintes assertivas sobre a prova testemunhal:

- I. É suspeito para depor como testemunha aquele que assista ou tenha assistido as partes.
- II. A testemunha não é obrigada a depor sobre fatos que acarretam grave dano aos seus parentes consanguíneos ou afins, na linha colateral em segundo grau.
- III. Se o Juiz da causa for arrolado como testemunha e nada souber, mandará excluir o seu nome.
- IV. O Juiz poderá ordenar de ofício a inquirição de testemunhas referidas nas declarações da parte ou das testemunhas.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) II e III.
- (E) II, III e IV.

<p>41. Paulo ingressou com ação de cobrança pelo rito ordinário contra Pedro. Designada a audiência de instrução e julgamento pelo Magistrado, as provas serão produzidas na seguinte ordem:</p> <p>(A) I. O perito e os assistentes técnicos responderão os quesitos de esclarecimentos;          II. O Juiz tomará o depoimento pessoal do réu;          III. O Juiz tomará o depoimento pessoal do autor;          IV. Serão inquiridas as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu.</p> <p>(B) I. O perito e os assistentes técnicos responderão os quesitos de esclarecimentos;          II. O Juiz tomará o depoimento pessoal do autor;          III. O Juiz tomará o depoimento pessoal do réu;          IV. Serão inquiridas as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu.</p> <p>(C) I. O Juiz tomará o depoimento pessoal do autor;          II. O Juiz tomará o depoimento pessoal do réu;          III. O perito e os assistentes técnicos responderão os quesitos de esclarecimentos;          IV. Serão inquiridas as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu.</p> <p>(D) I. O Juiz tomará o depoimento pessoal do réu;          II. O Juiz tomará o depoimento pessoal do autor;          III. O perito e os assistentes técnicos responderão os quesitos de esclarecimentos;          IV. Serão inquiridas as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu.</p> <p>(E) I. O Juiz tomará o depoimento pessoal do autor;          II. O Juiz tomará o depoimento pessoal do réu;          III. Serão inquiridas as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu;          IV. O perito e os assistentes técnicos responderão os quesitos de esclarecimentos.</p>	<p>43. Considere as seguintes assertivas sobre o recurso de apelação:</p> <p>I. Nos casos de extinção do processo sem resolução de mérito e interposto o recurso de apelação, o Tribunal poderá julgar desde logo a lide, se a causa versar questão exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento.</p> <p>II. Contra a decisão do Magistrado que releva a pena de deserção em recurso de apelação caberá agravo de instrumento.</p> <p>III. Recebida a apelação em ambos os efeitos o Juiz não pode inovar no processo.</p> <p>IV. Apresentada a resposta ao recurso de apelação pela parte contrária, é facultado ao juiz, no prazo de cinco dias, o reexame dos pressupostos de admissibilidade do recurso.</p> <p>De acordo com o Código de Processo Civil, está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I e II.          (B) I e III.          (C) I, III e IV.          (D) II e III.          (E) II, III e IV.</p>
<p>42. De acordo com o Código de Processo Civil, é título executivo extrajudicial</p> <p>(A) o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público.</p> <p>(B) a sentença arbitral.</p> <p>(C) o formal e a certidão de partilha em relação ao inventariante.</p> <p>(D) a sentença penal condenatória transitada em julgado.</p> <p>(E) a sentença estrangeira homologada pelo Superior Tribunal de Justiça.</p>	<p>44. De acordo com a Lei de Execução Fiscal, se o executado efetuar o depósito do valor exigido em Banco Oficial, no prazo concedido pelo mandado de citação, o prazo para oferecimento de embargos à execução é de</p> <p>(A) 10 (dez) dias contados a partir da data do depósito.          (B) 10 (dez) dias contados a partir da data da juntada do comprovante de depósito nos autos.          (C) 30 (trinta) dias contados a partir da data da juntada do comprovante de depósito nos autos.          (D) 30 (trinta) dias contados a partir da data do depósito.          (E) 60 (sessenta) dias contados a partir da data da juntada do comprovante do depósito nos autos.</p> <p>45. Tratando-se de obrigação em dinheiro, poderá o devedor ou terceiro optar pelo depósito da quantia devida em estabelecimento bancário oficial, onde houver, situado no lugar do pagamento, em conta com correção monetária, cientificando-se o credor por carta com aviso de recepção, assinado o prazo de dez dias para a manifestação de recusa. A partir de então, considere as seguintes assertivas:</p> <p>I. Decorrido o prazo de dez dias, sem a manifestação de recusa, reputar-se-á o devedor liberado da obrigação, ficando à disposição do credor a quantia depositada.</p> <p>II. Ocorrendo a recusa, manifestada por escrito ao devedor ou terceiro, estes poderão propor, dentro de 30 (trinta) dias, a ação de consignação, instruindo a inicial com a prova do depósito e da recusa.</p> <p>III. Não proposta a ação de consignação no prazo previsto em lei após a recusa do credor, o depósito ficará sem efeito, podendo levantá-lo o depositante.</p> <p>De acordo com o Código de Processo Civil, em relação ao procedimento de consignação extrajudicial, está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) II e III.          (B) I e III.          (C) III.          (D) II.          (E) I.</p>



46. No que concerne às ações possessórias, de acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar:
- (A) O réu poderá, na contestação, alegando que foi ofendido em sua posse, demandar a proteção possessória, mas não poderá formular pedido de indenização pelos prejuízos resultantes da turbação ou esbulho cometido pelo autor.
  - (B) Na pendência de processo possessório, poderão tanto o autor quanto o réu intentar ação de reconhecimento do domínio.
  - (C) Quando for ordenada a justificação prévia, o prazo para o réu contestar a ação de reintegração de posse contar-se-á da intimação da decisão que deferir ou não a medida liminar.
  - (D) A propositura de uma ação possessória ao invés de outra obstará que o Magistrado conheça o pedido e outorgue a proteção legal correspondente àquela.
  - (E) O possuidor tem o direito de ser mantido na posse em caso de esbulho e reintegrado no caso de turbação.

**DIREITO PENAL**

47. Em matéria de prescrição das medidas de segurança, considere as seguintes assertivas:
- I. Extinta a punibilidade, não se impõe medida de segurança nem subsiste a que tenha sido imposta.
  - II. Sendo aplicada pena, substituída por medida de segurança, o prazo de prescrição regula-se pelo prazo daquela.
  - III. As medidas de segurança são imprescritíveis.
  - IV. No caso de semi-imputável, se a sentença não fixar a pena em concreto, o prazo de prescrição da medida de segurança substitutiva será o dobro da pena mínima prevista para o fato criminoso.
  - V. A medida de segurança prescreve juntamente com a pena restritiva de liberdade imposta cumulativamente na sentença.
- É correto o que consta APENAS em
- (A) I e II.
  - (B) I e III.
  - (C) I e V.
  - (D) II, III e IV.
  - (E) IV e V.

48. Nos termos do Código Penal, é equiparado a funcionário público, para efeitos penais, somente quem
- (A) trabalha em empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.
  - (B) exerce cargo ou função de confiança na Administração direta.
  - (C) trabalha em empresa prestadora de serviços para a União e quem exerce cargo em Ministério.
  - (D) exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.
  - (E) exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal.

49. Dar às verbas ou às rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei
- (A) não constitui crime, sendo somente irregularidade administrativa.
  - (B) constitui crime contra a Administração Pública praticado por funcionário público.
  - (C) configura crime de peculato-furto.
  - (D) caracteriza crime de peculato mediante erro de outrem.
  - (E) constitui crime de prevaricação.

50. Túlio assumiu o exercício de função pública sem ser nomeado ou designado, executando ilegitimamente ato de ofício. Tal conduta caracteriza o crime de
- (A) desobediência.
  - (B) tráfico de influência.
  - (C) exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado.
  - (D) advocacia administrativa.
  - (E) usurpação de função pública.

51. Entre outros, é pressuposto do crime de denúncia caluniosa
- (A) a imputação de crime de que o sabe inocente a pessoa certa e determinada.
  - (B) a imputação de crime de que o sabe inocente a pessoa indeterminada, desde que o fato seja verdadeiro.
  - (C) a imputação a pessoa certa e determinada de fato verdadeiro, de que o sabe culpado.
  - (D) que o fato imputado constitua crime doloso ou culposo.
  - (E) que o fato imputado sempre constitua crime, não mera contravenção penal.

52. Fazer justiça pelas próprias mãos, para satisfazer pretensão, embora legítima, salvo quando a lei o permite, configura crime de
- (A) peculato.
  - (B) abuso de poder.
  - (C) exercício arbitrário das próprias razões.
  - (D) concussão.
  - (E) prevaricação.

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

53. Compete ao Superior Tribunal de Justiça, dentre outras atribuições, processar e julgar os *habeas corpus* quando o coator for
- (A) o Supremo Tribunal Federal.
  - (B) o Tribunal Superior Eleitoral.
  - (C) o Tribunal Superior do Trabalho.
  - (D) o Superior Tribunal Militar.
  - (E) Ministro de Estado.

<p>54. Da decisão final do juízo de primeira instância que denega ordem de <i>habeas corpus</i> cabe</p> <p>(A) apelação.</p> <p>(B) recurso em sentido estrito.</p> <p>(C) recurso ordinário.</p> <p>(D) carta testemunhável.</p> <p>(E) agravo de instrumento.</p>	<p>58. Considere:</p> <p>I. A representação do ofendido ou de quem tenha qualidade para representá-lo é condição de procedibilidade, mas não impede o Ministério Público de dar definição jurídica diversa da que dela constou.</p> <p>II. O ofendido ou quem tenha qualidade para representá-lo pode retirar a representação durante toda a tramitação da ação penal, sendo que a representação só será irretratável após a sentença.</p> <p>III. O ofendido ou quem tenha qualidade para representá-lo pode renovar a representação após ter se retratado, desde que não tenha ocorrido a decadência.</p> <p>Está correto o que consta SOMENTE em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) II e III.</p>
<p>55. Recebida a denúncia contra João e José, o oficial de justiça certificou que João se encontra em local incerto e não sabido e que José se oculta para não ser citado. Nesse caso,</p> <p>(A) João e José serão citados por edital, com prazo de 30 (trinta) e 15 (quinze) dias, respectivamente.</p> <p>(B) João será citado por edital com prazo de 15 (quinze) dias e José será citado por hora certa.</p> <p>(C) João será citado por edital com prazo de 30 (trinta) dias e José será citado por carta com aviso de recebimento.</p> <p>(D) João e José serão citados por edital, com prazo de 15 (quinze) e 5 (cinco) dias, respectivamente.</p> <p>(E) João será citado por edital com prazo de 30 (trinta) dias e José será citado por mandado, com arrombamento da porta de sua residência.</p>	<p>59. João e seu defensor foram intimados da sentença condenatória no dia 8 de janeiro, segunda-feira. O recurso de apelação, cujo prazo é de 5 dias, poderia ter sido interposto até o dia</p> <p>(A) 12 de janeiro, sexta-feira.</p> <p>(B) 13 de janeiro, sábado.</p> <p>(C) 14 de janeiro, domingo.</p> <p>(D) 15 de janeiro, segunda-feira.</p> <p>(E) 16 de janeiro, terça-feira.</p>
<p>56. A prisão temporária</p> <p>(A) será decretada pelo juiz, pelo prazo de 10 (dez) dias, prorrogável por igual período, em caso de extrema e comprovada necessidade.</p> <p>(B) somente poderá ser executada depois da expedição de mandado judicial.</p> <p>(C) poderá, em casos de extrema gravidade e urgência, ser decretada pelo Ministério Público, face a representação da autoridade policial.</p> <p>(D) decorrente de requerimento do Ministério Público poderá ser decretada por prazo superior a 10 (dez) dias, desde que por meio de despacho fundamentado.</p> <p>(E) não implica em nenhum privilégio para o preso, que poderá permanecer na mesma cela dos demais presidiários.</p>	<p>60. Dentre os auxiliares da justiça, inclui-se o</p> <p>(A) perito.</p> <p>(B) Juiz.</p> <p>(C) Promotor de Justiça.</p> <p>(D) advogado do réu.</p> <p>(E) assistente do Ministério Público.</p>
<p>57. As decisões que encerram a própria relação processual, sem o julgamento do mérito da causa, são</p> <p>(A) despachos de mero expediente.</p> <p>(B) definitivas.</p> <p>(C) interlocutórias simples.</p> <p>(D) interlocutórias mistas não terminativas.</p> <p>(E) interlocutórias mistas terminativas.</p>	

